

Da perpetuação do discurso à normalização da prática

LUCY SHAW EVANGELISTA

NIA (NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUEOLOGIA) DA ERA ARQUEOLOGIA. MESTRANDA EM ARQUEOLOGIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Na parede que ladeia o acesso à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, estão inscritos uma série de *slogans*, incitando os alunos universitários a uma participação mais activa na vida académica. Frases como "*Foste um bom Robot hoje?*", ou "*O sistema de ensino é o ensino do sistema*", ou ainda "*Observa, Agita, e Transforma*" parecem querer alertar os estudantes para a demasiada inércia e falta de participação activa na sua jornada de quatro ou cinco anos de ensino universitário.

Não se pretende discutir aqui os princípios da teoria de acção, nem os eventuais efeitos da acção individual na alteração do sistema vigente, e é provável que os decoradores murais não se apercebam que são, eles próprios, vítimas de um subsistema que os leva eventualmente a inscrever mecanicamente *clichés* numa parede. Ou, então, tam-

bém podemos pensar que a dimensão do muro em causa não consegue comportar, por falta de espaço, a extensa argumentação teórica do anarquismo...

De qualquer maneira, esta introdução tem uma dupla utilidade para o tema que aqui, sucintamente, se procura abordar. Por um lado, porque é inegável a contribuição da formação académica (principalmente universitária) de cada um na construção ou solidificação da sua eventual vinculação teórica e, por outro, porque, de alguma forma, os *slogans* se aplicam também àquilo que é o panorama português actual, no que diz respeito aos fundamentos teóricos da prática arqueológica.

Quanto ao primeiro ponto, e às características do ensino universitário da Arqueologia em Portugal, o tema foi já amplamente discutido num número anterior desta revista (ver sec-

ção de opinião da *Era - Arqueologia* 3). A ideia que fica é a de um percurso pessoal dos alunos marcado pela profunda influência de um "mestre" em torno do qual se perpetuam formas de discurso e práticas, sem espaço suficiente para discussão, esclarecimento de dúvidas e muito menos discordâncias de base. O espírito crítico não é, de facto, fomentado, nem se proporciona a criação de espaços de discussão saudável. Os alunos licenciaram-se, apesar de tudo, convencidos de que basta o que lhe ensinaram, esquecendo que a formação se faz todos os dias e muito para além da faculdade.

No entanto, o panorama com que o recém-licenciado se depara, ao entrar no mercado de trabalho, depressa o faz esquecer qualquer pretensão teórica. De uma forma geral, o que se exige são licenciados expeditos e eficientes nas práticas e técnicas de campo e com capacidades de resposta ao exigente mundo da arqueologia de salvamento, de minimização de impactes ou do acompanhamento arqueológico, quer se esteja, por exemplo, integrado numa empresa, numa autarquia ou desenvolvendo trabalho em nome individual. De facto, é actualmente possível sobreviver apenas como arqueólogo de campo, deixando completamente de lado qualquer preocupação teórica.

O contra-senso desta situação é evidentemente, assumir-se que prática e teoria são campos estanques e individuais e de que é possível levar a cabo a primeira independentemente da segunda, como se teorizar fosse privilégio de algumas mentes iluminadas, inacessível ao comum mortal. Não é.

Os alunos licenciaram-se, apesar de tudo, convencidos de que basta o que lhe ensinaram, esquecendo que a formação se faz todos os dias e muito para além da faculdade.

A noção básica de que toda a prática está imbuída, desde o primeiro momento, de uma carga ideológica que condiciona cada escolha que fazemos, ainda está longe de ser interiorizada pela maioria dos arqueólogos a trabalhar no nosso país. Esta situação apenas vem confirmar as falhas graves da formação universitária, que não fornece, à partida, as noções de epistemologia e de filosofia do conhecimento mais elementares, que sejam passíveis de criar uma boa base de trabalho para investigações futuras.

Alguns dirão que não podemos culpar apenas a universidade e que cada um deve colmatar estas falhas com um investimento pessoal em leituras e pesquisas sobre o pensamento teórico.

Mas sejamos realistas. Poucos serão os que chegam a sentir essa necessidade, uma vez que, e como já afirmámos, o grau de exigência e as condições criadas dentro da prática profissional da arqueologia, em todos os sectores, não obrigam a mais do que conhecimentos metodológicos de campo, e de tipologias artefactuais dos contextos estudados e a um eventual compromisso de publicação de resultados, nem sempre cumprido. E sejamos também verdadeiros: em determinados contextos de trabalho, estas premissas são mais do que suficientes para responder correctamente e até com sucesso ao questionário que lhes está inerente.

Estamos, então, perante uma

aparente contradição numa actividade que assistiu, principalmente na última década, a um inegável desenvolvimento interno, no que diz respeito à sua regulamentação administrativa e associativa, ao conteúdo dos cursos leccionados na faculdade (tornando as questões relativas ao património em motivo de preocupação, a uma escala até hoje nunca vista), mas que parece continuar a esquecer, de uma maneira geral, a efectiva discussão dos seus conteúdos teóricos.

Ou seja, a arqueologia como ocupação profissional, como prática e preocupação social, proliferou incontestavelmente. No entanto, o verdadeiro amadurecimento da disciplina dar-se-á apenas quando estas questões, nos termos em que aqui são colocadas, deixarem de ser motivo de discussão e já não for necessário colocar em causa a fraca recorrência dos temas teóricos no quotidiano da arqueologia. Esse, sim, será um sinal claro de progresso e de evolução qualitativa da arqueologia.

Hoje em dia, os poucos investigadores portugueses que se dedicam às questões da natureza da produção do conhecimento materializam um discurso que revela, acima de tudo, um esforço de actualização relativamente às temáticas de âmbito teórico produzidas além-fronteiras. Produzem-se artigos e trabalhos científicos de aplicação de modelos já desenvolvidos nos "centros" de produção estrangeiros (Inglaterra e Espanha por exemplo) e ainda não é notória, salvo

raríssimas excepções, uma atitude pioneira e inovadora em relação aos conteúdos desenvolvidos, ou seja, não há, ainda, uma produção teórica de ponta em Portugal.

Suponho que o caminho a percorrer até esse momento ainda seja longo. A aposta deve centrar-se, naturalmente, nas bases da formação académica, cujos currículos disciplinares devem incluir espaços para o desenvolvimento de um espírito crítico e curioso, mas também, e acima de tudo, na criação de condições para que as novas gerações (e porque não as mais antigas) deixem de assumir a teoria como um gigante intragável e inacessível e interiorizem o absurdo deste preconceito. Há que criar círculos desprentensiosos de receptividade e segurança intelectual em ambientes abertos à discussão de temáticas variadas, para que se perca o medo e se normalize uma prática arqueológica em que as questões teóricas surjam naturalmente.

Se tal não acontecer, perpetuar-se-á um círculo vicioso de reprodução de formas de pensar de mestres para pseudodiscípulos, para quem as frases inscritas no muro que ladeia o acesso à Faculdade de Letras da Universidade do Porto não poderiam ser mais bem escritas.

O verdadeiro amadurecimento da disciplina dar-se-á apenas quando estas questões, nos termos em que aqui são colocadas, deixarem de ser motivo de discussão e já não for necessário colocar em causa a fraca recorrência dos temas teóricos no quotidiano da arqueologia. Esse, sim, será um sinal claro de progresso e de evolução qualitativa da arqueologia.